



Município de Alto Horizonte
Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano
Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro-Oeste



Elaboração do Plano Diretor do Município de Alto Horizonte - GO

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO

Alto Horizonte

Setembro/2020



FICHA TÉCNICA

**Prefeito Municipal
LUIZ BORGES DA CRUZ**

**Secretária Municipal de Administração
NEILDO QUINTINO MOREIRA**

Núcleo Gestor para a Elaboração do Plano Diretor de Alto Horizonte

(Instituído pelo Decreto nº 223/2020)

NEILDO QUINTINO MOREIRA (Secretaria Municipal de Administração/Gabinete)

MARCOS HENRIQUE PERÍCOLE DE ARAÚJO (Secretaria Municipal de Infraestrutura)

IURY DE SOUZA SANTOS (Departamento de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo)

EDUARDO LAURINDO ALVES ABREU (Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

JOSÉ CARLOS EUFRÁSIO (Secretaria Municipal de Agricultura)

JÚNIOR RAMOS DE MENEZES (Secretaria Municipal de Arrecadação e Tributos)

**ANDREIA APARECIDA MARQUES ALVES DE SOUZA (Secretaria Municipal de Assuntos
Federativos/Comunicação)**



Equipe Técnica do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro-Oeste

PLANO DE TRABALHO

Selomar Célio Breda	Presidente do ITCO
Carla Herrmann	Arquiteta Urbanista
Claudia Guedes	Engenheira Ambiental
Gabriel Freitas Vitorino	Agrônomo, Engenheiro Ambiental e Sanitário.
João Otávio Dagnone	Arquiteto e Urbanista
Marcos Martins Borges	Geógrafo, Mestre em Geografia
Renato Rocha	Arquiteto e Urbanista
Sílvio Costa Mattos	Geólogo e Eng. Seg. no Trab., Especialista em Políticas Públicas
Thiago Vitorino	Advogado, Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico.
Tiago Rocha Faria Duque	Engenheiro Geólogo, Me. Geologia Estrutural e Tectônica, Especialista em Geoprocessamento



APRESENTAÇÃO

O presente documento tem como objetivo detalhar a metodologia para a execução dos serviços técnicos contratados, entre o Município de Alto Horizonte, Estado de Goiás, e o **Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro-Oeste – ITCO**, inscrito no CNPJ-MF sob o número 06.030.675/0001-60, situado a Av. Anhanguera, nº 5.674, sala 101, Centro, Goiânia, Estado de Goiás, conforme o contrato nº 17/2020 - ADM que tem por objeto a elaboração do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Zoneamento), da Lei de Parcelamento do Solo da cidade de Alto Horizonte.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	iii
SUMÁRIO	iv
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. OBJETIVOS.....	7
2.1. Objetivo geral.....	7
2.2. Objetivos específicos.....	7
3. ETAPAS.....	8
4. CONCEITO E METODOLOGIA.....	8
4.1. Eixos temáticos.....	10
4.1.1. Eixo temático meio ambiente e sustentabilidade	11
4.1.2. Eixo temático ordenamento territorial urbano e rural	16
4.1.3. Eixo temático governança pública	20
4.2. Escalas	22
4.3. Produção cartográfica	24
4.4. Etapas intermediárias.....	27
4.4.1. Leitura e análise do território	27
4.4.2. Leitura comunitária	29
4.4.3. Cenários e prognósticos	29
4.4.4. Estratégias de intervenção e Plano de Ação Sustentável.....	30
4.5. Etapa final - Minutas dos Projetos de Lei	31
4.5.1. Plano de Ação Sustentável.....	31
4.5.2. Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).....	33
4.5.3. Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo.....	34
4.5.4. Projeto de Lei do Parcelamento do Solo Urbano.....	35
4.6. Capacitações e transferência de conhecimento	35
4.7. Meios metodológicos	36
4.8. Integração das etapas, eixos temáticos, temas, subtemas, meios metodológicos e produtos esperados	37
5. CRONOGRAMA	43
5.1. Eventos previstos em cada etapa.....	47
6. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	47
6.1. Reuniões Técnicas	48
6.2. Palestras de apresentação dos eixos temáticos.....	Erro! Indicador não definido.



6.3. Aplicação de questionários.....	48
6.4. Audiências Públicas	49
6.5. Plataforma Digital	50
6.6. Espaço do Plano Diretor	50
6.6. Divulgação	51
6.6.1. Material gráfico, impressões e demais ações de divulgação	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXO	57



1. INTRODUÇÃO

Um instrumento como o Plano Diretor, segundo estabelece a Constituição brasileira e a Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), deve apresentar-se como a linha mestra da formulação de políticas urbanas que respondam ao desafio de definir, de modo claro e objetivo, os rumos para o desenvolvimento estruturado dos municípios a partir de suas realidades específicas.

Busca-se desta forma a construção do espaço planejado e organizado, com qualidade ambiental, desenvolvimento social e oferta de serviços adequados ao pleno desenvolvimento sustentável dos municípios em todas as instâncias do território, seja ele urbano ou rural.

Para tanto, a esfera federal oferece uma estrutura legal a ser assumida e detalhada pelos municípios de forma que estes considerem suas realidades e se organizem, legalmente e institucionalmente, de forma a garantir aos seus cidadãos o amplo direito à cidade, em todos os seus aspectos. Isto se consolida, inicialmente, com a elaboração dos Planos Diretores municipais, sendo este o instrumento básico norteador da política de desenvolvimento e de ordenamento territorial do município.

Passados 19 anos da instituição do Estatuto da Cidade, muitos municípios brasileiros elaboraram seus Planos Diretores e, em certa medida, implementaram as ações previstas nessa lei. Esta obrigatoriedade de elaboração está prevista no artigo Art. 41 da Lei 10.257/2001.

O plano diretor é obrigatório para as cidades:

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)



O Município de Alto Horizonte se enquadra nos incisos III e V, ou seja deseja fazer usos dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades e tem empreendimento ou atividades de significativo impacto ambiental.

Neste contexto o poder executivo municipal mobilizou esforços no sentido de garantir que o município esteja adimplente em relação aos propósitos legais instituídos na legislação federal e de forma que tenha condições de proporcionar segurança jurídica para o pleno desenvolvimento das potencialidades do município.

É importante salientar a necessidade de ampla participação da comunidade local, seja individualmente ou por meio de entidades representativas da sociedade civil organizada, pois só se alcança o desenvolvimento verdadeiramente sustentável a partir de um pacto concreto entre todas as partes envolvidas nas dinâmicas sociais, no qual estejam claros o papel do governo municipal, das pessoas e de suas organizações. Portanto, a participação social é um dos pilares no processo de elaboração ou elaboração do Plano Diretor.

Neste momento, com o Plano de Trabalho sendo elaborado inaugura-se o processo de elaboração do Plano Diretor de Alto Horizonte, nesta etapa, passa-se ao detalhamento dos métodos, eixos temáticos, temas, subtemas e etapas a serem realizadas durante todo o processo, o que se configura no Plano de Trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

O presente documento tem como objetivo geral apresentar o Plano de Trabalho para a elaboração do Plano Diretor do Município de Alto Horizonte, de forma a detalhar os princípios e a metodologia para a realização desta elaboração em suas respectivas etapas.

2.2. Objetivos específicos

São objetivos específicos do Plano de Trabalho:

- Definir os aspectos conceituais e a metodologia a serem adotadas no processo de elaboração do Plano Diretor do Município de Alto Horizonte de forma a atender as disposições do Contrato nº 17/2020 - ADM;
- Detalhar os eixos temáticos e aspectos a serem abordados;
- Detalhar as etapas de desenvolvimento dos trabalhos da elaboração do PD;



- Detalhar o planejamento da mobilização social.

3. ETAPAS

O contrato nº 17/2020-ADM prevê 08 (oito) etapas para a consecução da elaboração do Plano Diretor. São elas:

I – Plano de Trabalho (etapa atual);

II – Leitura técnica;

III – Leitura comunitária;

IV – Diretrizes e proposições;

V – Projeto de Lei do Plano Diretor;

VI – Elaboração e elaboração da lei de parcelamento do solo e Zoneamento e Uso do Solo;

VII – Audiência Pública

VIII – Publicações e transferência de conhecimento.

4. CONCEITO E METODOLOGIA

Jorge Wilhelm¹, a partir dos seus mais de 60 anos de atuação profissional no campo do urbanismo, apresentou uma **crítica e autocrítica sobre a evolução dos processos de planejamento urbano, notadamente da elaboração de Planos Diretores**, os quais ele próprio, praticamente, inaugurou no Brasil, em sua trajetória que data do ano de 1964 com o Plano Diretor de Curitiba, passando pela consolidação do Estatuto da Cidade em 2001 e chegando a São Paulo em 2002, bem como da proposição de inúmeros Planos Diretores municipais neste interstício. Soma-se a esta trajetória, sua experiência no estado de Goiás com a elaboração do Plano de desenvolvimento Integrado do Município de Goiânia, em 1968.

¹ Arquiteto e urbanista. Nasceu em 1928, na cidade italiana de Trieste e aos 12 anos mudou com a família para o Brasil. Faleceu em fevereiro de 2014, aos 85 anos, 60 dos quais dedicados à arquitetura, ao urbanismo, à administração pública, à produção intelectual e às artes. "Um homem que pensa a cidade", Wilhelm se destaca como um dos mais importantes e visionários urbanistas brasileiros. Por mais de seis décadas, seu profundo conhecimento sobre a dinâmica urbana se transformou em soluções vibrantes e inovadoras em prol da qualidade de vida nas metrópoles em desenvolvimento (Fonte: <http://www.jorgewilhelm.com.br/legado/Arquiteto>, acesso em 27/07/2020).



Neste processo recente de crítica e autocrítica, Wilhelm nos traz reflexões acerca dos processos de construção dos Planos Diretores, e alerta sobre aspectos importantes identificados por ele, dentre os quais destaca-se:

- As **repetições nas estruturas dos Planos Diretores**, como se fossem uma fórmula pronta, que nem sempre se adequam à todas as realidades municipais;
- A elaboração de **planos burocráticos**, de difícil compreensão pelos cidadãos e até mesmo pelos agentes públicos;
- O **formato e estruturas improprias ou insuficientes**, não respondendo às expectativas e às necessidades do dinamismo urbano.

Segundo Wilhelm (201?)

“O cotidiano da vida urbana se perdeu na lei.

É preciso distinguir, de um lado, a criação e a representação da proposta urbanística e, de outro, a legislação de ocupação e uso do solo, o zoneamento; este sim, além de obedecer à visão proposta pelo urbanismo, deve ser objeto de uma lei, a fim de garantir a segurança jurídica da propriedade e dos empreendimentos imobiliários (para os proprietários e empreendedores, mas também para a cidade, ao limitar a voracidade do mercado)”. Grifo nosso.

Considerando então as reflexões de Wilhelm (2015), a equipe técnica do ITCO, propõe a **adoção de um novo conceito para o arcabouço projetual e legal que levará a um resultado inovador na composição dos produtos** resultantes do processo de elaboração do Plano Diretor do Município de Alto Horizonte-GO.

Para o entendimento do processo de elaboração apresenta-se, inicialmente, o que se vislumbra como PRODUTOS FINAIS. São eles:

- i) **Plano de Ação Sustentável:** Representará a proposta urbanística e apontará os programas e projetos prioritários para melhorias no município. Seu resultado será um “cardápio” de programas e projetos, que poderão ser implementados ao longo dos anos. Instituído por lei, de forma que sua aplicação se dê por meio do próprio Plano e não da tradução deste em texto legal (a exemplo do que se faz na instituição de Planos de Manejo de APAS);
- ii) **Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT):** Lei Complementar que instituirá o Plano Diretor Municipal no qual o ordenamento territorial será estruturado nos



sistemas ambientais e no sistema de mobilidade. Além destes considerar-se-á ainda como sistemas estruturantes a habitação, as densidades urbanas, os espaços públicos, as centralidades urbanas e as centralidades de produção e transformação agropecuária. Sem prejuízo de outros temas, estabelecerá as diretrizes para o macrozoneamento, o uso e ocupação do solo, a mobilidade urbana, os serviços públicos, as estratégias de implantação e os instrumentos urbanísticos; e

- iii) Por fim, e a partir o processo de planejamento estruturado nestes dois grandes instrumentos, serão emanadas as demais peças legais necessárias à instrumentação jurídica municipal. São elas a **Lei de Zoneamento, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, a Lei de Parcelamento.**

Para a composição deste arcabouço legal, referido neste Plano de Trabalho como Produtos Finais, que será o sustentáculo para o desenvolvimento urbano e territorial do Município ao longo dos próximos 10 anos, serão adotados os métodos, etapas, eixos temáticos, temas, definições, meios metodológicos a seguir descritos.

4.1. Eixos temáticos

O planejamento urbano e territorial, de uma forma geral, fundamenta-se na interação e integração dos aspectos ambientais, socioeconômicos, político-institucionais que compõem o território (SANTOS, 2004) e deve se basear em uma visão multidisciplinar e sistêmica.

Para a compreensão do todo territorial com seus múltiplos aspectos, a sistematização das disciplinas possui dois níveis de informação básicos: o das temáticas e o dos temas. A temática constitui-se pelo conjunto que abriga os temas fundamentais os quais, associados, permitem a análise integrada. Os temas são os núcleos de dados geradores de uma composição específica de informações, podem ainda ser compartimentados em subtemas, caso haja necessidade (SANTOS, 2004).

Propõe-se, para o presente trabalho, o agrupamento **dos aspectos municipais a serem estudados em três eixos temáticos** principais e em cada um deles os temas e subtemas prioritários já delimitados, sem prejuízo da inclusão de novos temas e subtemas na medida do necessário. São os eixos temáticos:

- Meio ambiente e sustentabilidade;
- Ordenamento territorial urbano e rural;



- Governança.

Considerar-se-á os eixos temáticos, temas e subtemas em todo o processo, dos estudos às proposições. Poderá haver temas ou subtemas que venham a ser tratados somente no momento das proposições, como uma forma da mitigação de fragilidades ou ainda como propulsoras de potencialidades identificadas.

Como etapas intermediárias na composição dos Produtos Finais, já elencados anteriormente, pretende-se obter (Figura 1):

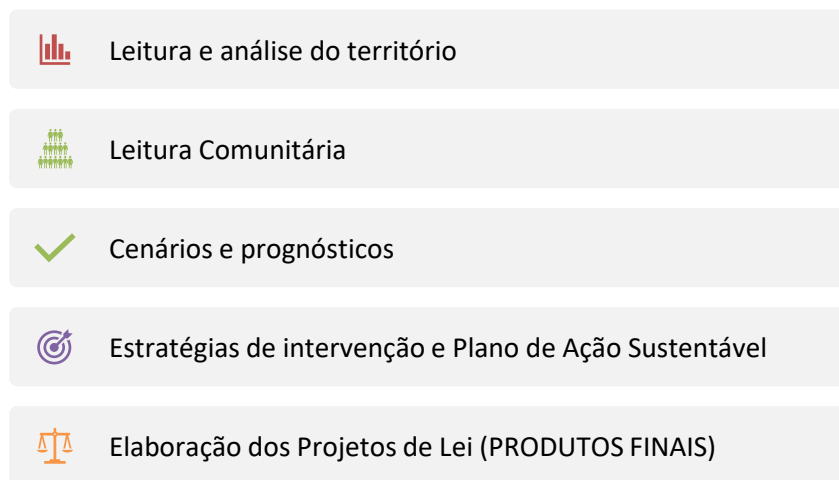


Figura 1: Esquema básico das etapas propostas.

4.1.1. Eixo temático meio ambiente e sustentabilidade

O viés do planejamento urbano e territorial a partir da identificação dos sistemas ambientais que dão suporte às atividades humanas ganhou força, no Brasil, a partir da década de 1990, e reflete a ampla discussão, em nível mundial sobre desenvolvimento e sustentabilidade, inaugurada a partir da década de 1970 (SANTOS, 2004).

[...] a conservação e a preservação dos recursos naturais e o papel do homem integrado no meio passaram a ter função muito importante na discussão da qualidade de vida da população. (SANTOS, 2004)

No Brasil, os fundamentos sobre sustentabilidade ambiental foram consolidados na Constituição de 1988.



Perpassados 50 anos da inauguração oficial, em nível mundial, das discussões sobre meio ambiente, sustentabilidade, qualidade de vida, preservação e conservação dos recursos naturais como forma de manutenção da vida, ainda se percebe uma ausência de ações por parte da sociedade com vistas ao reconhecimento dos sistemas ambientais naturais no suporte à vida e às atividades sociais e econômicas.

Mesmo assim, grande parte dos planos diretores municipais apresentam em seus títulos a sustentabilidade como premissa, mas sem conseguir rebater esse preceito na prática.

Para que seja possível alcançar o melhor arranjo possível entre os pilares da sustentabilidade – meio ambiente, sociedade, economia e cultura – propõe-se, para a elaboração do Plano Diretor de Alto Horizonte, o eixo temático meio ambiente e sustentabilidade, cujos temas e subtemas deverão apontar para a identificação das potencialidades e fragilidades e proposição de estratégias que permitam a pleno desenvolvimento do município.

Os temas e subtemas são apresentados a seguir.

a) TEMA: Recursos naturais

O estado do meio costuma ser avaliado por temas relacionados aos aspectos físicos e bióticos (SANTOS, 2004). Para o presente trabalho optou-se por estudar o tema recursos naturais a partir dos **subtemas geologia, geomorfologia, pedologia, recursos hídricos, hidrografia, bacias hidrográficas, biodiversidade, em especial os fragmentos de vegetação nativa**, devido à relação de interdependência entre estes aspectos. Sua integração permite inúmeras interpretações relacionadas à capacidade ambiental do território frente ao processo de uso e ocupação do solo.

b) TEMA: Clima

A abordagem do clima nos processos de planejamento urbano é rara. Isto ocorre devido à complexidade das variáveis que compõem o clima, pela inexistência de estações completas em grande parte das regiões e pela ausência das séries históricas devido à descontinuidade de dados coletados nas estações meteorológicas em diferentes séries temporais (SANTOS, 2004).

Mesmo assim, um planejamento não deve eximir-se de abordar este tema frente a sua relevância para a definição de temporalidades de determinadas atividades econômicas, tanto urbanas quanto rurais, a consideração de seus componentes, como ventos predominantes



(direção, intensidade e velocidade) na dispersão de contaminantes, polinização, produção de energia, prejuízos às construções, etc.

A proposta para o presente estudo é a realização da classificação no nível do macroclima e mesoclima regional, a partir de dados secundários e estudos climáticos existentes para o estado de Goiás. Como **subtemas prioritários propõe-se: classificação climática; precipitação; temperatura; umidade relativa do ar; ventos.**

c) TEMA: Uso e ocupação do solo

A análise do uso do solo está ligada à dimensão espacial da unidade de planejamento considerada, se territorial, regional ou local, por exemplo. Para fins de elaboração de Planos Diretores Municipais pode-se assumir, pelo menos, duas abordagens: o uso do solo do território (escala menor) e o uso do solo urbano (escala maior).

Em se tratando do uso do solo na escala do território do município, o que engloba as áreas urbanas e rurais, a caracterização do uso e ocupação do solo deve retratar as atividades humanas que causam pressão e impacto sobre os elementos naturais o que representa um elo importante entre as informações dos meios físico, biótico e socioeconômico. As análises são feitas por mapeamentos gerados a partir de sensores remotos, além da consideração de mapeamentos anteriores, documentação bibliográfica que relatam a história da ocupação, dentre outras fontes (SANTOS, 2004).

A seleção das categorias e classes a serem adotadas para a análise dependerá das principais atividades econômicas encontradas no município e da significância dos tipos de fitofisionomias encontradas. Dentre as categorias de uso pode-se, previamente, sugerir: vegetação nativa, agropecuária, aglomerado rural, área urbanizada, área industrial, área com pivô de irrigação, área minerária, solo exposto, áreas de uso especial.

Para a caracterização do uso e ocupação do solo urbano considera-se que este é uma combinação de um tipo de uso (atividade) com um tipo de assentamento (edificação) ao que poderá receber classificações e nomenclaturas diversas e que estão postas na legislação municipal vigente – lei de uso e ocupação e lei de zoneamento, por exemplo. Neste caso o estudo da situação atual deverá, necessariamente, avaliar os mapas existentes no município os quais refletem as definições legais para a identificação das potencialidades e fragilidades na definição dos usos atuais.



d) TEMA: Identificação das fontes de poluição (ar, água, solo, sonora)

A poluição é, de uma forma geral, entendida como a introdução de substâncias ou energia, de forma acidental ou intencional no meio ambiente, e que provocam consequências negativas para os seres vivos. Assim, é papel do poder público identificar as fontes de poluição e seus tipos principais de forma a anular ou minimizar seus efeitos sobre a população e o meio ambiente.

No caso de estudos para elaboração ou atualização de Planos Diretores, a identificação ocorre a partir de uma **escala de menor detalhe**, de forma a apontar os problemas mais graves e, a partir daí, a indicação de avaliações pormenorizadas e com instrumentos de avaliação apropriados para a caracterização e apontamento de soluções.

Para o presente estudo, propõe-se os seguintes critérios² para avaliar a poluição:

- Identificação das fontes – se localizadas ou difusas;
- Extensão – abrangência da área atingida;
- Temporalidade – temporária ou permanente;
- Duração – tempo efetivo da poluição;
- Importância – refere-se ao grau de significância da poluição em relação ao fator ambiental afetado.

O Quadro 1, a seguir, apresenta parâmetros que podem ser utilizados para a avaliação das fontes de poluição identificadas no município, considerando a escala de estudo do Plano Diretor.

Quadro 1: Parâmetros de avaliação para as fontes de poluição.

FATOR	CARACTERÍSTICA	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO
FONTE	Local de origem pode ser observado ou identificado.	Poluição localizada
	Local de origem não pode ser observado ou identificado.	Poluição difusa
EXTENSÃO	Afeta apenas o próprio sítio.	Poluição localizada
	Se projeta para além das imediações onde ocorre a fonte.	Poluição regionalizada
TEMPORALIDADE	Os efeitos tem duração determinada	Temporária
	Uma vez ocorrida, os efeitos não param de se manifestar num horizonte temporal definido.	Permanente

² Adaptado de Santos (2004, p.112 e 113) a partir dos critérios de avaliação de impactos ambientais.



DURAÇÃO	Efeitos possuem duração de até 1 ano	Curto prazo
	Efeitos possuem duração de 1 a 10 anos	Médio prazo
	Efeitos possuem duração de 10 a 50 anos	Longo prazo
IMPORTÂNCIA	Ponderação do grau de significância da poluição identificada	Importante
		Moderada
		Fraca

Fonte: Adaptado de Santos (2004, p.113)

Ressalta-se que a descrição e caracterização sugeridas, a partir das fontes de poluição do ar, água, solo e sonora identificadas, ocorrerão em escala de menor detalhe e serão realizadas por meio de comparação com estudos já existentes e que apontem as causas e efeitos prováveis. Não serão realizados estudos pormenorizados de cada fonte identificada.

e) TEMA: Condições de vida

Sob o tema condições de vida pretende-se caracterizar e analisar a estrutura e dinâmica da sociedade em seus aspectos diversos com o objetivo de caracterizar o processo de urbanização, de apropriação do território urbano e rural, suas tendências de expansão. Como **subtemas** principais a serem abordados lista-se: **dinâmica demográfica; dinâmica econômica; desigualdades sociais; desigualdade urbana; indicadores de qualidade de vida (saúde, educação, habitação, emprego e renda), habitação, infraestruturas.**

f) TEMA: Saneamento

Entende-se o saneamento como o conjunto de medidas adotadas para a que uma área apresente condições de salubridade, limpeza, habitabilidade, oferecendo condições adequadas de vida para uma população.

No Brasil o saneamento está posto como um dos direitos fundamentais de todos os indivíduos, o que traz ao poder público a responsabilidade de promoção do saneamento básico – termo adotado na Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) – a toda a população. Neste caso as responsabilidades são partilhadas entre os entes federativos. No entanto a responsabilidade, indelegável, no processo de definições de políticas e do planejamento para a promoção do saneamento básico é do município, como titular do serviço, e neste sentido faz-se necessário que o planejamento municipal, no processo de elaboração do seu Plano Diretor, trate do tema.

Há de se considerar que a PNSB, promulgada pela Lei nº 11.445/2007, institui que o instrumento que efetiva o planejamento das ações de saneamento é o Plano Municipal de



Saneamento Básico (PMSB). Se constitui como um plano setorial e com um nível de detalhamento maior do que o Plano Diretor.

No entanto o Plano Diretor deve apontar as diretrizes que garantirão o direito ao saneamento básico, este entendido como o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos que devem ser realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente (PNSB).

Neste contexto a avaliação das **condições do saneamento básico** para fins da elaboração do Plano Diretor basear-se-á nos **seguintes subtemas: abrangência das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, número de ligações, abrangência do sistema de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, abrangência da limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, disposição final, existência de processos de coleta seletiva.**

Ressalta-se, novamente, que o estudo detalhado acerca dos quatro componentes do saneamento básico cabe ao Plano Municipal de Saneamento Básico.

4.1.2. Eixo temático ordenamento territorial urbano e rural

A partir da linha mestra proposta logo no início deste Plano de Trabalho, qual seja, desenvolver um conjunto de instrumentos de planejamento urbano inovadores e condizentes com as novas dinâmicas sociais postas no século XXI, neste eixo temático volta-se a retomar o ideário de Jorge Wilhelm (2015).

A globalização, a internet, a pandemia³ pela qual a humanidade passa neste momento, a tecnologia, as novas gerações com seus novos conceitos de qualidade de vida, tudo isto, em seus diversos aspectos, alteraram não apenas os modos de vida, mas também os modos de produzir, o que irá realizar-se, em grande parte nos ambientes urbanos, determinando exigências físicas para sua expressão e novas propostas de organização.

³ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Em 20 de março de 2020 o Brasil decreta estado de calamidade pública devido à pandemia.



No entanto algumas questões a serem rebatidas no território dizem respeito a antigos problemas, sobretudo em relação a possibilidade de se encontrar a formulação adequada, no território, para que todos tenham garantido o direito à habitação, aos serviços de saúde, ao saneamento, à educação e oportunidades de trabalho. É na cidade onde tudo isso acontece.

Para além da formulação de políticas públicas eminentemente urbanas, há a necessidade de estabelecer a justa relação entre o espaço urbano e o rural, este último entendido como o suporte territorial para o desenvolvimento de atividades primárias de produção que, por sua vez, dão suporte às atividades ditas urbanas. De qualquer forma, as políticas públicas municipais devem abranger a totalidade do território municipal.

A formulação de planos que deem conta da diversidade e complexidade de aspectos multifacetados do território de um município como Alto Horizonte e também do desenvolvimento de uma sociedade complexa, exige a abordagem de temas sobre os quais seja possível a caracterização deste território e desta sociedade que reflita seus modos de vida e apropriação do espaço.

Neste contexto, no eixo temático ordenamento territorial urbano e rural, serão abordados os temas e subtemas descritos a seguir.

a) TEMA: Caracterização urbanística

A caracterização urbanística buscará identificar os elementos que compõem o espaço urbano do município à luz dos aspectos relacionados à **morfologia urbana, tipologias urbanas e arquitetônicas, equipamentos urbanos, patrimônio histórico, centralidades urbanas e suas correlações espaciais, estas entendidas a partir da distribuição destes elementos no tecido urbano.**

b) TEMA: Espaços públicos e qualidade de vida

O espaço público tem um papel importante na composição do espaços de uma cidade e de um município, e será mais significativo para a coletividade quanto maior for o número de cidadãos que o utiliza ou que o conhece e quanto mais longo for o período histórico sobre o qual exerce sua influência (BUSTOS ROMERO, 2001). Para fins deste estudo, serão considerados como tais os locais de espaços livres segundo a tipologia sugerida pelo Mopu – Ministério de Obras Públicas da Espanha (*apud* BUSTOS ROMERO, 2001). São eles:

- Os sistemas gerais de espaços livres (parques urbanos);



- Os sistemas viários gerais (rodovias, vias de trânsito e passeios);
- Os sistemas locais de espaços livres (praças, pracinhas, parques de esportes);
- Os sistemas locais de vias (ruas de acesso e estacionamentos).

As análises se situarão no sistema formado pelos espaços públicos, suas conexões, importância, abrangência em relação ao todo urbano e territorial, com vistas à potencialização de seu uso na promoção da qualidade de vida da população.

c) TEMA: Microclimas e conforto ambiental no espaço urbano

Dados secundários para o estudo e caracterização dos microclimas, principalmente quando se trata dos microclimas urbanos inexistem e a coleta de dados primários não é viável frente ao tempo para a realização da elaboração do Plano Diretor do município. Desta forma o planejamento das adequações e adaptações dos ambientes urbanos, ocorre a partir das informações sistematizadas considerando as macro e meso escalas do estudo do clima e, quase que, intuitivamente no nível da microescala, o que os nossos antepassados tão bem realizaram e que ficaram traduzidas na tradição vernácula (GOUVÊA, 2002; BUSTOS ROMERO, 2001).

A proposta de adotar o tema microclimas e conforto ambiental no espaço urbano se dá frente a necessidade da qualificação deste espaço para a promoção do conforto ambiental, considerado a partir das variáveis temperaturas, umidade relativa, insolação, radiação e o papel dos elementos da paisagem como, por exemplo, a inserção de vegetação nos ambientes urbanos, para a amenização da incidência da radiação.

Neste contexto, a partir da identificação destes efeitos em relação aos componentes no ambiente urbano de Alto Horizonte, realizar-se-á a análise das condições encontradas – tal como a morfologia do tecido urbano – e as possíveis propostas de intervenção.

Destacam-se como fonte de referência os princípios da arquitetura bioclimática abordadas nos estudos de Olgay (1998), Bustos Romero (2001) e Gouvêa (2002) e Solera (IPT, 2020).

d) TEMA: Ordenamento territorial

O ordenamento territorial pode ser entendido como o arranjo físico territorial dos sistemas naturais e construídos que compõem a estrutura de uma unidade de planejamento, como, por exemplo, um município e deve ser motivado por consistentes políticas públicas com



vistas a proteção do meio ambiente, preservação do patrimônio histórico-cultural e ao desenvolvimento econômico e social.

Nos processos de planejamento definidores do ordenamento territorial há de se considerar, tanto na fase de leitura do território quanto na fase das proposições, o estudo, análise e definição de cenários a partir dos diferentes sistemas que compõem o território, bem como a sua espacialização e integração em mapas temáticos para a identificação das potencialidades e fragilidades em relação aos mesmos, destacando-se:

- As formas de uso e ocupação do solo territorial, urbano e rural;
- As redes de infraestrutura (sistema viário, redes de água, esgoto, gás, energia elétrica, telecomunicações. etc.);
- Os equipamentos públicos e comunitários (praças, parques, escolas, hospitais, delegacias de polícia, sedes de órgãos públicos etc.);
- As formas de uso e ocupação do solo urbano (bairros, loteamentos, construções, uso das edificações), zoneamentos, índices urbanísticos e licenciamento;
- As ações de regularização fundiária e integração urbana de assentamentos precários;
- As habitações de interesse social;
- As ações de preservação do patrimônio artístico, paisagístico, histórico e cultural, entre outros tipos de atuação;
- As tendências de expansão da estrutura urbana.

e) TEMA: Mobilidade e transporte

A mobilidade e o transporte encontram-se, atualmente, no centro das questões urbanas e territoriais e das questões socioeconômicas, pois está intrinsecamente ligada à aspectos como inclusão social e espacial, temas tão caros para as cidades do século XXI. Conforme aponta Vasconcellos (2012):

“A interação entre diferentes forças e interesses dos indivíduos e das organizações privadas e públicas formam uma complexa rede na qual estão em foco não só o indivíduo, mas todo o sistema político e econômico, o Estado, o capital, a indústria e o comércio, os sistemas de transporte e trânsito, os processos migratórios e o valor da terra. É a esta rede que vai influenciar diretamente na forma de ocupação do território e na urbanização do fluxo de mobilidade.”



A mobilidade entendida, de uma forma geral, como a capacidade da movimentação de pessoas, bens e serviços no território, está baseada nos modais e na infraestrutura de vias a partir dos quais todos os demais aspectos se desenrolam.

Considerando que este tema representa um dos sistemas estruturantes no processo de ordenamento territorial do município, sua abordagem dar-se-á a partir dos **seguintes subtemas: políticas públicas; natureza da mobilidade (pessoas, bens e cargas, informações); modais de transporte; linhas, malha, terminais e tarifas; acessibilidade; informação pública**

4.1.3. Eixo temático governança pública

O estudo dos aspectos da governança pública apresenta ampla e múltipla abordagem conceitual, mas demonstra consenso acadêmico no sentido de que a boa governança é essencial para otimizar o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Brasil e das unidades que o constituem (TEIXEIRA; GOMES, 2019).

Para que se defina algum limite nos preceitos que nortearão aos aspectos da governança necessários a elaboração do Plano Diretor do município de Alto Horizonte, apresenta-se como definições de governança pública:

“Um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre a sociedade, a alta administração, os servidores ou colaboradores e os órgãos de controle” (BRASIL, 2011 apud BRASIL 2014).”

“É um processo de interação entre os diversos atores, mecanismos e práticas administrativas, onde o governo participa de forma ativa e busca uma gestão eficiente e eficaz em razão aos objetivos propostos” (RAQUEL; BELLEN, 2012 apud TEIXEIRA; GOMES, 2019).



Segundo Teixeira e Gomes (2019) dentre os princípios que sustentam uma boa governança, estão: transparência, *accountability*⁴, responsabilidade, participação, capacidade de resposta e eficiência com recursos públicos (TEIXEIRA; GOMES, 2019).

No que tange as políticas urbanas no Brasil, reconhece-se que se houve avanços, notadamente na garantia da participação da sociedade civil por meio de estruturas instituídas pelas legislações vigentes:

“ [...] como o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) e as Conferências Nacionais das Cidades; bem como o estabelecimento de instrumentos normativos que priorizam a função social da propriedade e regulamentam a apropriação do espaço urbano, estabelecidos como Estatuto da Cidade, são exemplos de como a legislação urbana no Brasil tem contemplado os aspectos destacados nas discussões internacionais (FAVARÃO; COSTA, 2018).”

A própria Constituição de 1988 conferiu maior autonomia aos poderes políticos municipais na questão da gestão e governança urbana, o que, após não foi acompanhado da disponibilização de recursos, técnicos, financeiros, humanos para a implementação de instrumentos e ferramentas que possibilitem a aplicação dos processos de governança para a gestão, implementação e acompanhamento das políticas públicas municipais. Poucos foram os municípios que conseguiram promover alguma estrutura de governança que garantissem os princípios da boa governança.

Para que seja possível a identificação das potencialidades e fragilidades em termos da governança do município para fins de apropriação do novo Plano Diretor, o eixo temático governança abordará os temas descritos no Quadro 2, a seguir, sem prejuízo de outros que possuam interface e relevância em relação à temática.

Quadro 2: Temas sugeridos para o eixo temático governança pública.

TEMAS	INDICADORES	DADOS
Legislação incidente	Regulamentos urbanísticos e que possuem interface com o planejamento urbano e com o Plano Diretor.	Identificação dos principais regulamentos legais aplicáveis à área de planejamento e listagem de benefícios e prejuízos trazidos por eles, de acordo com a sociedade local.

⁴ Termo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como responsabilidade com ética. Remete à transparência e à obrigação e de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados (TEIXEIRA; GOMES, 2019).



TEMAS	INDICADORES	DADOS
Estruturas de organização e administração dirigidas à implementação das políticas públicas de ordenamento e gestão	Estrutura administrativa	Organograma da estrutura política e administrativa do município destacando as atribuições, subordinações e atividades em desenvolvimento.
	Participação de organismos descentralizados	Registros oficiais de organismos descentralizados de gestão, tais como os Conselhos Municipais, sua categoria, caráter (consultivo ou deliberativo), atribuições, subordinações e atividades em desenvolvimento.
	Participação de organizações sociais e ambientais	Registros oficiais de organizações sociais e ambientais, tais como Organizações não Governamentais, associações, sindicatos, sua categoria, caráter (participação direta ou indireta em organismos da administração), atribuições, subordinações e atividades em desenvolvimento.
	Planos e programas de planejamento e gerenciamento	Registros oficiais de planos e programas para o município, organismo responsável, objetivos, área de abrangência, população envolvida, ações previstas e principais resultados. Registros oficiais de planos e programas regionais, estaduais, federais que o município esteja contemplado ou envolvido.
Estruturas de Tecnologia da Informação (TI)	Estruturas físicas e de <i>software</i> e regulamentações afins.	Identificação das estruturas de TI, disponíveis e necessárias para a implementação da governança no processo de gestão relativa ao Plano Diretor e seus desdobramentos.

Fonte: Adaptado de Santos (2004, p.107)

4.2. Escalas

Pretende-se, ao abordar o aspecto da escala, definir o grau de detalhe em que cada tema ou subtema será tratado, considerando o nível de detalhe inerente aos estudos técnicos para elaboração, neste caso elaboração, de planos diretores municipais.

Há de se considerar que as **escalas envolvem não somente o seu valor numérico, mas também o detalhamento que se pretende em cada tema ou subtema, independentemente de haver especializações em mapa ou não**, e em relação ao planejamento proposto ao final e sua legislação correlata. A Figura 2 demonstra esta relação para os Produtos Finais.



Para o entendimento da questão, é importante apresentar as limitações em relação ao estudo e que apontarão as escalas que se pretende assumir. São eles:

- O tempo para a execução dos serviços;
- A impossibilidade, frente a pandemia, de se realizarem estudos de campo mais detalhados;
- A escala existente em relação aos dados secundários que serão utilizados e a compatibilização entre diferentes escalas destes dados (aspecto melhor abordado no item 4.3.).

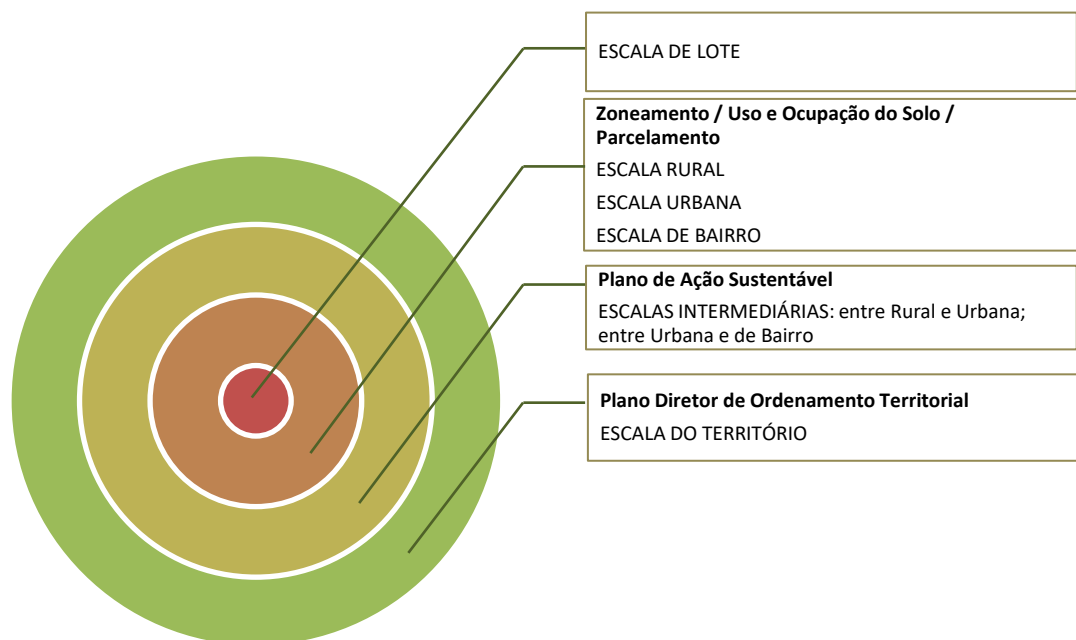


Figura 2: Esquema geral das escalas de estudo. Da mais abrangente e de menor detalhe (ESCALA DO TERRITÓRIO) para a de maior detalhe (ESCALA DO LOTE)

Conceitualmente, Santos (2004) apresenta uma relação compatível (Quadro 3) com o que se vislumbra possível em relação às limitações encontradas para os estudos técnicos da elaboração do Plano Diretor de Alto Horizonte-GO:



Quadro 3: Relação entre o nível, representação gráfica e tipos de escala para o planejamento territorial.

NÍVEL DE ESCALA	REPRESENTAÇÃO DA ESCALA	TIPO DE ESCALA
macro	1:1.000.000 ou menor	exploratória
	1:100.000 até 1:1.000.000	reconhecimento
meso	1:25.000 até 1:100.000	semi-detalhada
micro	maior que 1:25.000	detalhada

Fonte: Santos, 2004.

Comparando-se as escalas do Quadro 3 com a abrangência das escalas propostas na Figura 2, a escala de partida seria a meso escala 1:100.000 até a escala 1:25.000, considerada neste caso de maior detalhe para os estudos territoriais.

A partir destas proposições, os estudos técnicos devem se ater ao nível de detalhe a que se referem em relação ao território e possuir detalhamento compatível conforme suas especificidades.

4.3. Produção cartográfica

Um mapa é, dentre as ferramentas do planejamento, a mais impactante do ponto de vista da visualização dos temas abrangidos durante o processo e da **integração de informações para obtenção de cenários prospectivos**. Para além da representação espacial, é resultado de um processo de construção do conhecimento (SANTOS, 2004).

A elaboração de mapas por temas até a construção de mapas que sintetizam ou interpolam diferentes temas na construção de cenários é composta por etapas, sendo as principais as elencadas na Figura 3.

A elaboração dos mapas ocorre durante todo o processo de elaboração do Plano Diretor, pois permite observar, de forma clara e inequívoca, as localizações, as extensões, os padrões de distribuição e as relações entre os componentes do espaço. Desta forma são bons instrumentos de comunicação entre os planejadores e os atores sociais (SANTOS, 2004).

Na elaboração do Plano Diretor de Alto Horizonte serão elaborados mapas temáticos de todo território do município (espaço urbano e rural) acompanhados de suas respectivas resenhas escritas, bem como os mapas que expressem o arranjo da malha urbana consolidada com os equipamentos urbanos, a infraestrutura consolidada, pontos de relevantes interesse urbano e ambiental, que comporão a leitura e análise do território (espaço urbano e rural) do



município de Alto Horizonte, abordando os aspectos físicos-bióticos-ambientais e de ordenamento territorial, socioeconômicos, infraestruturais, de planejamento urbano e grau de urbanização, as restrições de ocupações legais, todos integrados, sintetizados no Mapa Final do Ordenamento Territorial, Estruturação Espacial e Zoneamento Urbano e Ambiental, que acompanharão os Projetos de Leis do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento.



Figura 3: Etapas do mapeamento temático e mapas síntese. Fonte: Adaptado de Santos (2004)

Esses mapas serão elaborados em escalas compatíveis com a complexidade do território do município, com a disponibilidade de dados nos órgãos oficiais de cartografia, bem como com a especificidade do tema e detalhe do fenômeno que se queira conhecer.



Estão previstos os seguintes mapas temáticos de todo o território do município (espaço urbano e rural):

- i) Mapa de geologia;
- ii) Mapa de geomorfologia;
- iii) Mapa de pedologia e coberturas superficiais;
- iv) Mapa da hidrografia e das sub bacias hidrográficas;
- v) Mapa de hidrogeologia;
- vi) Mapa de declividade;
- vii) Mapa de suscetibilidade erosiva;
- viii) Mapa de cobertura vegetal natural e fitofisionomias remanescentes;
- ix) Mapa de uso e ocupação do solo atual, identificando áreas de agricultura, agropecuária e vegetação remanescente;

Estão previstos, também, os seguintes mapas que cobrirão as malhas urbanas consolidadas do núcleo urbano principal do município (cidade de Alto Horizonte) e seus distritos (Zona Urbana e de Expansão Urbanas Descontínuas):

- i) Mapa Urbano Digital com atualização das quadras e ruas com suas hierarquias (vias arteriais, coletoras ou locais);
- ii) Mapa das Áreas de Preservação Permanentes;
- iii) Mapa de áreas de alagamento e inundações;
- iv) Mapa das unidades de conservação instituídas por legislação;
- v) Mapa cadastral das linhas de transmissão de energia elétrica;
- vi) Mapa cadastral de áreas de usos especiais (aterros sanitários, cemitérios, áreas de mineração) e equipamentos urbanos;
- vii) Mapa das áreas com restrições legais para a ocupação;
- viii) Mapa do perímetro urbano e das zonas urbanas descontínuas;
- ix) Mapa Final do Ordenamento Territorial, Estruturação Espacial e Zoneamento Urbano e Ambiental.

As escalas propostas para os mapas temáticos de 1:100.000 para todo o território do município e de 1:25.000 para a Zonas Urbana do Núcleo Urbano principal e para os Núcleos de Expansões Urbanas dos Distritos, justificam-se, tanto pelos dados secundários disponíveis nos



órgãos oficiais de mapeamento do país, dados disponíveis no município, bem como em relação à demanda de informações temáticas necessárias e exigidas para a elaboração de um plano diretor municipal.

Assim, para a área do município como um todo (espaço urbano e rural) de amplitude regional, os mapas temáticos serão baseados no acervo existente do projeto Base Cartográficas Contínuas - projeto BC100 - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que objetiva mapear todas as unidades da federação em escala 1:100.000, sendo as bases cartográficas geradas a partir de interpretações de imagens dos satélites ALOS/AVNIR 2 e RapdEye, além de informações compiladas por outras instituições e órgãos governamentais.

Já as informações relativas à Zona Urbana da cidade de Alto Horizonte e de Expansões Urbanas Descontínuas dos Distritos, em escala 1:25.000 serão obtidas através do acervo da própria prefeitura local de Alto Horizonte e, caso haja necessidade, essas informações primárias poderão ser levantadas, pela equipe de consultoria, como já mencionado, e especializadas em escalas maiores.

Mapas mais detalhados em escala 1:10.000 ou até maior detalhe como 1: 5.000 de trechos das malhas urbanas consolidadas dos núcleos urbanos poderão ou não ser confeccionados a depender da evolução dos trabalhos e das necessidades técnicas apresentadas.

4.4. Etapas intermediárias

4.4.1. Leitura e análise do território

A leitura e análise do território é peça chave do processo de proposição de uma legislação urbana do porte do Plano Diretor. Consiste no momento do “raio-x” da realidade municipal, da identificação de todos os fatores, determinantes e condicionantes, sejam eles físicos, ambientais, sociais, institucionais e legais, que farão parte do planejamento do todo territorial.

De uma forma geral, a leitura e análise do território se estrutura – considerando eixos temáticos, temas e subtemas – a partir de **bases teórico-conceituais, referendadas pelas comunidades científicas e técnicas nacionais e internacionais**, e consideram as referências bibliográficas consolidadas por estas comunidades.



Vale ressaltar, ainda, que experiências bem-sucedidas em outras localidades e municípios, nacionais e internacionais, podem ser consideradas como **estudos de caso**, auxiliando na definição de parâmetros e critérios de análises, adequando-as a realidade local.

Em seguida da **seleção das fontes técnico-científicas**, passa-se à realização do **levantamento, sistematização e análise de dados**, tanto **secundários** obtidos em fontes oficiais, quanto **primários**⁵, mapeamentos, integração e análise dos dados e, por fim a identificação das potencialidades e fragilidades encontradas.

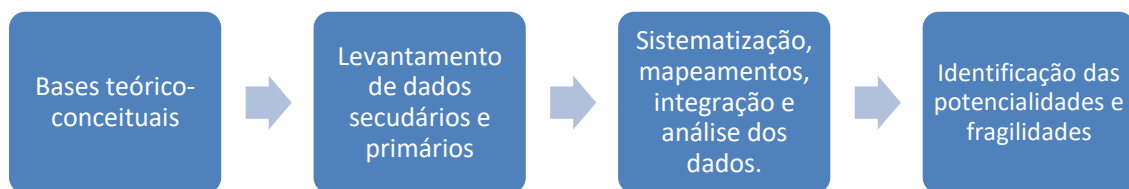


Figura 4: Método para a leitura e análise do território.

Atualmente, os mapeamentos digitais, nos quais se agregam informações georreferenciadas, permitem a realização de integração e interpolação de diferentes temas por meio de SIGs – Sistemas de Informações Geográficas. Este será o método utilizado para apoiar a integração e análise dos dados com vistas a elaborar cenários e prognósticos, definir zonas ou territórios, elaborar estratégias de ação (SANTOS, 2004).

A **análise e integração dos dados permitirá a identificação das potencialidades e fragilidades encontradas no município**. Estas deverão ser identificadas, classificadas e mensuradas a partir de critérios ambientais, socioeconômicos, de uso e ocupação do solo, e as metodologias adotadas para tanto deverão ser identificadas e pactuadas ao longo do processo de leitura e análise do território.

Devido à quantidade e multiplicidade dos aspectos a serem abordados na leitura e análise do território, metodologias individualizadas por temas poderão ser apresentadas no relatório da leitura do território por eixo temático.

Considerando que o processo em curso é de elaboração do Plano Diretor municipal, faz-se necessário ainda o conhecimento da legislação municipal vigente, para que as potencialidades e as deficiências sejam identificadas e que a atualização do documento seja

⁵ Serão coletados dados primários na medida em que fizerem necessários.



exitosa. Além disto, como prevê o Contrato nº17/2020-ADM, demais legislações correlatas também passarão por um processo de elaboração e atualização.

Em se tratando da leitura e análise do território para fins a elaboração de planos diretores municipais, à expertise técnico-científica, consolidada na **leitura técnica**, soma-se a **leitura da comunidade local**, conhecedora das potencialidades e das fragilidades no que tange à organização territorial e a demanda por serviços públicos.

4.4.2. Leitura comunitária

A **leitura comunitária**, parte fundamental no processo de identificação dos desafios a serem enfrentados, ocorrerá a partir do processo de mobilização social⁶ promovida pelo executivo municipal, que tem por objetivos de informar, comunicar ações, ouvir, coletar sugestões, sistematizar as contribuições recebidas que deverão ser incorporadas à leitura e análise do território. Ressalta-se que esta leitura somente terá sucesso a partir da compreensão da importância e da conscientização do cidadão no processo de elaboração do Plano Diretor e do fomento de sua participação.

Neste contexto, o Poder Executivo Municipal de Alto Horizonte promoverá e assegurará a participação da comunidade, mobilizando, sensibilizando e capacitando os atores sociais, articulando parceiros e promovendo reuniões, debates, consultas e oficinas, garantindo livre acesso aos documentos e informações produzidos.

No processo da mobilização, o ITCO participará com a expertise técnica, a coleta, sistematização e análise dos dados obtidos bem como sua incorporação no processo de leitura e análise do território.

4.4.3. Cenários e prognósticos

Os prognósticos, entendidos como o conhecimento prévio, ou prospecção, sobre algo que provavelmente pode acontecer no futuro, são construídos a partir dos cenários. Primeiramente vem o conhecimento das potencialidades e fragilidades, por meio das leituras e análises, em seguida as **possíveis soluções ou cenários**, a partir de diferentes métodos de seleção e de avaliação e, por fim, o prognóstico que aponta as consequências das soluções ou decisões tomadas.

⁶ O processo de mobilização social está descrito no Tópico 6 deste Plano de Trabalho.

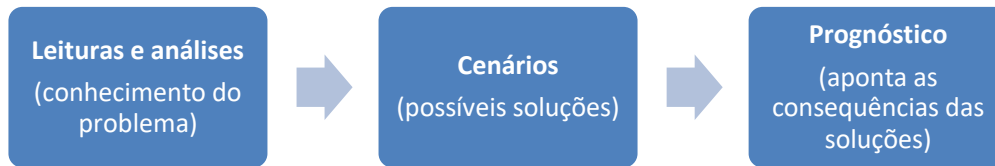


Figura 5: E tapas da construção do prognóstico. Fonte: Adaptado de Santos (2004)

Ressalta-se que, no caso do planejamento urbano e territorial, o prognóstico deve considerar as tendências de crescimento demográfico, econômico e da dinâmica espacial destes eventos no território, de forma a avaliar a necessidade de instalação e adequação de equipamentos públicos de uso coletivo, áreas de preservação ambiental, definição do macro sistema viário, dentre outros aspectos, prevendo as lacunas estruturais e de serviços a serem atendidas em cenários de curto, médio e longo prazo, por exemplo.

Existem diversas metodologias para a para a construção de cenários e prognósticos e entende-se prudente que a metodologia para a construção dos cenários e prognóstico seja detalhada em conjunto com a equipe da prefeitura municipal após o fechamento da leitura e análise do território.

Da mesma forma que as leituras técnica e comunitária, os cenários e prognósticos deverão ser construídos a partir dos eixos temáticos estabelecidos.

4.4.4. Estratégias de intervenção e Plano de Ação Sustentável

Pode-se afirmar que a definição de estratégias de intervenção é o ápice de processo de planejamento, momento de se consolidar as alternativas (cenários e prognósticos) encontradas para a solução das fragilidades e a promoção das potencialidades.

Em geral as estratégias⁷ devem ser formuladas para a solução de problemas identificados e de impactos, reabilitação de paisagens, desenvolvimento das potencialidades, atendimento aos anseios sociais (SANTOS, 2004). Para o caso dos Planos Diretores, atenta-se ao fato de não se perder de vista que **todas as formulações com vistas a intervenções devem pautar-se nas políticas públicas instituídas nacionalmente e aquelas consolidadas no nível**

⁷ Plano, método, manobras ou estratégias usados para alcançar um objetivo ou resultado específico.



local durante todo o processo de construção. Deve considerar-se que a cidade e o território não de ser edificados em função do bem comum e para todos os cidadãos.

Sugere-se que a metodologia para a definição das estratégias de intervenção seja definida concomitantemente à definição dos cenários e prognósticos.

Como resultado desta etapa pretende-se ter bem delimitado o Plano de Ação Sustentável, que representará a proposta urbanística e apontará os programas e projetos prioritários para melhorias no município.

Nesta fase também, espera-se que os objetivos e as diretrizes para a ocupação do território estejam também delineadas, pois a partir do Plano de Ação Sustentável e dos objetivos e diretrizes será formulado o Plano de Ordenamento Territorial do Município de Alto Horizonte, que representará o seu Plano Diretor, na forma de Lei Complementar, conforme preconiza o conjunto legal vigente no país.

A formulação das diretrizes representa a fase da instrumentação técnica, administrativa e jurídica que resultará na definição: i) das normas para a organização do território em seus diversos aspectos; ii) da proposição de planos e programas que sejam correspondentes aos desafios a serem vencidos em cada cenário; iii) da proposição do monitoramento e controle das ações pactuadas; da proposição de mecanismos de gestão.

4.5. Etapa final - Minutas dos Projetos de Lei

Todo o processo listado até aqui deve promover a construção de um aparato legal que possibilite a potencialização dos aspectos positivos e a solução de deficiências e problemas detectados no diagnóstico.

Nas minutas dos Projetos de Lei deve-se, portanto, sintetizar os aspectos estudados, traduzindo-os na forma de texto legal considerando a proposta inicialmente descrita.

4.5.1. Plano de Ação Sustentável

A filosofia de Plano de Ação Sustentável é construir conjuntamente com o ordenamento territorial, propostas sintéticas de intervenção no tecido da cidade e no meio rural, fundamentadas em leituras técnicas e comunitárias com abordagem integrada e interdisciplinar entre eixos os temáticos e seus estudos de base (temas).

É um processo que se sustenta na avaliação transversal da realidade urbana encontrada, no caso, em âmbito territorial (questões que envolvem a escala do município e da cidade) e local



(de bairro ou conjunto de bairros que caracterizam uma comunidade), para que se compreenda em quais temas Alto Horizonte precisa melhorar, quais são os temas críticos e seus grandes valores que caracterizam a identidade da cidade. É mais importante ouvir do que falar para a comunidade, dizem os antropólogos.

A partir do entendimento da realidade urbana formula-se soluções técnicas concretas de intervenção urbana, isto é, o que se deve fazer para tornar Alto Horizonte uma cidade boa.

Como método, o Plano de Ação Sustentável definirá linhas estratégicas transversais (nada além de cinco) que se desdobrarão em diretrizes e cada uma delas em ações de curto, médio e longo prazo, definidas para áreas específicas, que visam responder aos desafios prioritizados, contribuindo para construção de um novo modelo de cidade. Como exemplo:

Quadro 4: Exemplo de definição das linhas estratégicas para o Plano de Ação Sustentável.

Linha Estratégica 1: Tornar a economia de Alto Horizonte mais competitiva.				
Diretriz 1: Aproveitamento do Potencial Logístico de Alto Horizonte			Diretriz ...n ...	
Ação 1: Implantar Centro Logístico	Ação 2: Terminar o Anel Rodoviário Ação	Ação ... n...	Ação 1:	Ação ... n...

As linhas estratégicas representam aonde se quer chegar e as diretrizes e ações, como chegar. Cada linha estratégica será apresentada por texto que justifique a proposta, em função dos critérios adotados e das necessidades derivadas da situação urbanística e da lógica do processo de desenvolvimento previsível.

Também, para cada diretriz e suas subseqüentes ações será fundamental descrever de forma geral e sucinta a importância deles no contexto da cidade. No caso das ações, quer seja projeto de intervenção ou programa de longo prazo, pretende-se formular objetivos, sua caracterização e localização no tecido urbano ou no meio rural, acompanhado por imagem de referência, orientadora para elaboração de futuro projeto executivo⁸.

⁸Ressalta-se que não há elaboração contratual de elaboração de estudos técnicos, estudos preliminares ou projetos executivos das intervenções propostas.



Pretende-se que o Plano de Ação Sustentável seja instituído por uma lei ordinária, de forma que sua aplicação se dê por meio do próprio Plano e não da tradução deste em texto legal (a exemplo do que se faz na instituição de Planos de Manejo de APAS).

4.5.2. Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

As propostas elaboradas durante o processo deverão ser organizadas na forma da lei, contendo os objetivos, diretrizes, programas e ações, instrumentos urbanísticos aplicáveis, em conformidade com os cenários e prognósticos, estratégias e Plano de Ação Sustentável, construídos ao longo do processo e consensuados entre o Executivo Municipal e a comunidade durante a mobilização social. Deverão embasar o documento os seguintes aspectos:

- A situação encontrada no município no qual incidirão as propostas do plano; A exposição da gênese do processo de formalização do plano com a explicação de seus critérios, objetivos e alternativas, e contribuição da participação cidadã;
- A justificativa das propostas em função dos critérios e objetivos adotados, das necessidades derivada da situação urbanística e da lógica do processo de desenvolvimento previsível;
- A descrição das propostas de ordenamento do espaço e dos processos de transformação, assim como explicação de sua coerência; e por fim,
- A formulação normativa das determinações que estabelecem o ordenamento urbanístico a ser proposto.

Sugere-se que as proposições para a indução do desenvolvimento municipal sejam pautadas pelos seguintes aspectos preliminares, sem prejuízo a outros que surgirem durante o processo de planejamento:

- Macrozoneamento (*Organização Espacial*), baseado na preservação e conservação dos SISTEMAS AMBIENTAIS na definição das INFRAESTRUTURAS DO SISTEMA DE MOBILIDADE, articulado ao uso e a ocupação do território, ao parcelamento, às demais infraestruturas e aos equipamentos sociais;
- O macrozoneamento será o condutor da definição de grandes diretrizes de ocupação para as diferentes Zonas do Município (*zona urbana, zona de expansão urbana, zona rural, zona de preservação, zona central, zona periférica, por exemplo*). É, portanto, a base para aplicação dos instrumentos de regulação urbanística, definindo o



zoneamento que balizará o uso e ocupação do solo urbano do Município de Alto Horizonte.

- Zonas urbanas – parâmetros mínimos (*para fazer cumprir a função social da propriedade e da cidade*), parâmetros básicos (*parâmetros em função da capacidade de suporte da infraestrutura*) e parâmetros máximos (*parâmetros atingidos com a utilização da outorga onerosa do direito de construir ou a transferência do direito de construir*). Os parâmetros urbanísticos a serem definidos, em compatibilidade com a infraestrutura, são: coeficiente de aproveitamento (*preferencialmente coeficiente único*), taxa de ocupação, gabarito (*número máximo de pavimentos e altura máxima*), recuo e afastamento, taxa mínima de permeabilidade e classificações dos usos (*usos permitidos, permissíveis e proibidos*) que garantam a qualidade ambiental e paisagística. Definição dos parâmetros urbanísticos mínimo, básico e máximo deve se embasar na capacidade de suporte da infraestrutura urbana, existente e/ou projetada.
- Zona rural: os parâmetros utilizados devem se basear nas condicionantes ambientais previstas no diagnóstico técnico ambiental, *condicionantes de proteção de infraestrutura (faixas de proteção de rodovias, dutos, linhas de alta tensão, cones de aproximação e faixas de proteção de aeródromos, etc.)* e parâmetros de potencialidade de exploração econômica (*extrativismo vegetal, extrativismo mineral, agricultura, pecuária, silvicultura etc.*);
- Planejamento da gestão do desenvolvimento municipal: definindo os instrumentos que auxiliarão o Poder Municipal na tarefa de implementar o planejamento e gerenciar a execução das ações;
- Sistema de acompanhamento e controle da implementação do Plano Diretor.

4.5.3. Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo

Esse Projeto de lei será calcado na leitura e no diagnóstico de todo o território (espaço urbano e rural) do município de Alto Horizonte, abordando e levando em consideração os aspectos: físicos, bióticos, ambientais, de ordenamento territorial, socioeconômicos, de infraestruturas, de planejamento urbano e grau de urbanização, bem como o aparato jurídico pré-existente nas esferas federal, estadual e municipal. Estes aspectos serão integrados, sintetizados e especializados no Mapa do Zoneamento e uso e ocupação do solo, com o objetivo



de ordenar e subsidiar a gestão do desenvolvimento sustentável da cidade e do território do município como um todo, de acordo com critérios urbanísticos e socioambientais.

Esta lei delimitará as áreas urbanas, por meio de definição dos perímetros urbanos que serão delimitados em mapas georreferenciados.

4.5.4. Projeto de Lei do Parcelamento do Solo Urbano

A Lei de Parcelamento do Solo deverá definir os procedimentos relativos aos loteamentos, desmembramentos, remembramentos, reloteamentos e remanejamentos de lotes urbanos, sítios de recreios e lazer urbanos e rurais, condomínios de lotes, condomínios urbanos simples, conjuntos habitacionais, zonas especiais de interesse sociais I, II e III e respectivos requisitos urbanísticos: tamanho mínimo dos lotes, a infraestrutura que o loteador deve implantar, bem como o prazo estabelecido para tal, a parcela que deve ser doada ao poder público com a definição de seu uso (assegurando ao município a escolha das áreas mais adequadas), a definição das áreas prioritárias e das áreas impróprias ao parcelamento, proposição de áreas para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS), faixas de servidões, faixas de proteção, faixas de domínio, áreas ou pontos de interesse paisagístico e outros requisitos em função da peculiaridade local.

Não se pode perder de vista que a Lei de Parcelamento do Solo Urbano municipal nada mais é que a regulamentação local das disposições e preceitos da Lei Federal nº 6.766/79, alterada pela Lei Federal nº 9.785/99 e alterações urbanísticas trazidas ao lume da legislação pelo Estatuto da Cidade Lei Federal n. 10.257, de 10 de junho de 2001 e a Lei Federal 13.465/17, que trata da regularização de Assentamentos Subnormais.

4.6. Capacitações e transferência de conhecimento

No processo de elaboração ou elaboração de Planos Diretores, notadamente em municípios menores, a capacitação dos agentes públicos para atuar direta ou indiretamente nas ações tem demonstrado ser um dos pilares para o sucesso do trabalho. Neste sentido, as primeiras ações propostas e executadas pelo ITCO, será promover a capacitação dos agentes públicos.

Esta ação se estenderá às demais etapas, notadamente ao final do processo como forma de promover a implementação e o monitoramento das ações previstas no Plano Diretor.



Durante as etapas, os técnicos municipais acompanharão e darão suporte à equipe do ITCO e desta forma acumularão o conhecimento produzido. Esta participação será promovida pelo Núcleo Gestor da elaboração do Plano no Município.

Ao final do processo haverá a transferência de conhecimento para o corpo técnico da Prefeitura Municipal por meio de curso presencial com carga horária de 8h para profissionais das Secretarias do Município.

4.7. Meios metodológicos

Os meios metodológicos serão aqui compreendidos como a forma de aquisição de dados e informações para a composição dos diagnósticos por eixos temáticos, bem como os meios básicos para a composição de análises técnicas, cenários, prognósticos e diretrizes. Destaca-se como principais, os seguintes meios metodológicos, sem prejuízo a outros que se fizerem necessários:

- ✓ **Elaboração bibliográfica;**
- ✓ **Estudos de caso;**
- ✓ **Levantamento e estruturação de dados secundários;**
- ✓ **Levantamento e estruturação de dados primários – trabalhos de campo;**
- ✓ **Reuniões técnicas com setores da Prefeitura;**
- ✓ **Produção cartográfica;**
- ✓ **Análises;**
- ✓ **Leituras técnicas;**
- ✓ **Mobilização social;**
- ✓ **Oficinas;**
- ✓ **Leitura comunitária;**
- ✓ **Integração de dados;**
- ✓ **Construção de cenários;**
- ✓ **Capacitações;**
- ✓ **Audiências Públicas.**

Ressalta-se, novamente, que a metodologia básica bem como os meios metodológicos, aqui descritos, poderão ser incrementados na medida da necessidade de cada eixo temático ou aspecto da composição das etapas.



4.8. Integração das etapas, eixos temáticos, temas, subtemas, meios metodológicos e produtos esperados

Para a consecução dos trabalhos é fundamental estruturar a relação entre os elementos propostos neste Plano de Trabalho com vistas a cumprimento do Contrato nº 17/2020-ADM.

A seguir apresenta-se o Quadro 3 sintetizando a metodologia geral e os meios metodológicos que serão utilizados para o alcance do resultado e demonstrando esta relação em todas as etapas do processo.



ETAPA	EIXO TEMÁTICO	TEMA	SUBTEMAS	MEIOS METODOLÓGICOS	PRODUTOS ESPERADOS
LEITURA E ANÁLISE DO TERRITÓRIO	Meio ambiente e sustentabilidade	Recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Geologia; ✓ Geomorfologia; ✓ Declividade; ✓ Pedologia; ✓ Recursos hídricos e hidrografia; ✓ Bacias hidrográficas; ✓ Suscetibilidade erosiva, ✓ Suscetibilidade a inundações; ✓ Suscetibilidade a queimadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração bibliográfica; ✓ Estudos de caso; ✓ Levantamento e estruturação de dados secundários; ✓ Levantamento e estruturação de dados primários – trabalhos de campo; ✓ Reuniões técnicas com setores da Prefeitura; ✓ Produção cartográfica; ✓ Análises; ✓ Leitura técnica. 	<p>Na etapa de leitura e análise do território o Produto Esperado é um Relatório Técnico descritivo das condições encontradas no município em relação aos temas e subtemas propostos, consubstanciado por mapas, quadros, planilhas, gráficos e elementos necessários para a compreensão da realidade local.</p>
		Clima	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Classificação climática; ✓ Precipitação; ✓ Temperatura; ✓ Umidade relativa do ar; ✓ Insolação / Radiação; ✓ Ventos dominantes. 		
		Uso e ocupação do solo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Histórico da ocupação; ✓ Uso e ocupação do solo do território: vegetação nativa, agropecuária, aglomerados rurais e áreas urbanizadas, áreas industriais, áreas com pivôs de irrigação, áreas minerárias, solo exposto, áreas de usos especiais. ✓ Suscetibilidades no uso e ocupação do solo. 		
		Identificação das fontes de poluição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Poluição do ar; ✓ Poluição sonora; ✓ Poluição da água; ✓ Poluição do solo. 		
		Condições de vida	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dinâmica demográfica; ✓ Dinâmica econômica; ✓ Desigualdades sociais; ✓ Desigualdade urbana; ✓ Indicadores de qualidade de vida (saúde, educação, aspectos culturais, atividades econômicas, emprego e renda); ✓ Habitação, com ênfase à habitação de interesse social. 		



ETAPA	EIXO TEMÁTICO	TEMA	SUBTEMAS	MEIOS METODOLÓGICOS	PRODUTOS ESPERADOS
		Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Abrangência das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário; número de ligações; ✓ Abrangência do sistema de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; ✓ Abrangência da limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, disposição final dos resíduos sólidos. 		
LEITURA E ANÁLISE DO TERRITÓRIO	Ordenamento territorial urbano e rural ➤	Inventário urbanístico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Morfologia urbana; ✓ Densidades ✓ Tipologias arquitetônicas; ✓ Centralidades urbanas; ✓ Centralidades rurais; ✓ Equipamentos urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração bibliográfica; ✓ Estudos de caso; ✓ Levantamento e estruturação de dados secundários; ✓ Levantamento e estruturação de dados primários – trabalhos de campo; ✓ Reuniões técnicas com setores da Prefeitura; ✓ Produção cartográfica; ✓ Análises; ✓ Leitura técnica. 	<p>Na etapa de leitura e análise do território o Produto Esperado é um Relatório Técnico descritivo das condições encontradas no município em relação aos temas e subtemas propostos, consubstanciado por mapas, quadros, planilhas, gráficos e elementos necessários para a compreensão da realidade local.</p>
		Espaços públicos e qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os sistemas gerais de espaços livres (parques urbanos); ✓ A qualidade dos passeios públicos; ✓ Os sistemas locais de espaços livres (praças, pracinhas, parques de esportes). 		
		Microclimas e conforto ambiental no espaço urbano	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação das variáveis climáticas em relação aos ambientes urbanos e as condições de conforto ambiental. 		
		Ordenamento territorial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As formas de uso e ocupação do solo territorial, urbano e rural; ✓ As redes de infraestrutura (sistema viário, redes de água, esgoto, gás, energia elétrica, telecomunicações. etc.); ✓ Os equipamentos públicos e comunitários (praças, parques, escolas, hospitais, delegacias de polícia, sedes de órgãos públicos etc.); ✓ As formas de uso e ocupação do solo urbano (bairros, loteamentos, construções, uso das edificações), zoneamentos, índices urbanísticos e licenciamento; 		



ETAPA	EIXO TEMÁTICO	TEMA	SUBTEMAS	MEIOS METODOLÓGICOS	PRODUTOS ESPERADOS
			<ul style="list-style-type: none"> ✓ As ações de regularização fundiária e integração urbana de assentamentos precários; ✓ Áreas de especial interesse social; ✓ As ações de preservação do patrimônio artístico, paisagístico, histórico e cultural, entre outros tipos de atuação; ✓ As tendências de expansão da estrutura urbana. 		
		Mobilidade e transporte	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Políticas públicas; ✓ Natureza da mobilidade (pessoas, bens e cargas, informações); ✓ Modais de transporte; ✓ Linhas, malha, terminais e tarifas; ✓ Acessibilidade; ✓ Informação pública. 		
LEITURA E ANÁLISE DO TERRITÓRIO	Governança pública	Governança pública	<p>Legislação incidente;</p> <p>Estruturas de organização e administração dirigidas à implementação das políticas públicas de ordenamento e gestão;</p> <p>Estruturas de Tecnologia da Informação (TI)</p>	<p>Elaboração bibliográfica;</p> <p>Estudos de caso;</p> <p>Levantamento e estruturação de dados secundários;</p> <p>Levantamento e estruturação de dados primários – trabalhos de campo;</p> <p>Reuniões técnicas com setores da Prefeitura;</p> <p>Produção cartográfica;</p> <p>Análises;</p> <p>Leitura técnica.</p>	<p>Na etapa de leitura e análise do território o Produto Esperado é um Relatório Técnico descritivo das condições encontradas no município em relação aos temas e subtemas propostos, consubstanciado por mapas, quadros, planilhas, gráficos e elementos necessários para a compreensão da realidade local.</p>



ETAPA	EIXO TEMÁTICO	TEMA	SUBTEMAS	MEIOS METODOLÓGICOS	PRODUTOS ESPERADOS
LEITURA COMUNITÁRIA	Meio ambiente e sustentabilidade; Ordenamento do território urbano e rural; Governança pública		Identificação das características, os problemas, os conflitos e as potencialidades de cada um dos EIXOS trabalhados.	<ul style="list-style-type: none">✓ Mobilização social;✓ Questionários on-line e in loco;✓ Palestras on-line;✓ Consolidação da leitura comunitária.	Relatório consolidado das informações coletadas no processo de mobilização social.
CENÁRIOS PROPOSTOS E PROGNÓSTICOS	Meio ambiente e sustentabilidade; Ordenamento do território urbano e rural; Governança pública		<ul style="list-style-type: none">✓ Deve contemplar: as tendências de crescimento demográfico, socioeconômico e espacial, avaliando a necessidade de instalação e adequação de equipamentos públicos de uso coletivo, como melhoria no sistema de abastecimento de água, na estação de tratamento de efluentes, a necessidade de construção de novas escolas ou postos de saúde e hospitais, enfim deve prever as lacunas estruturais e de serviços a serem atendidas pelo Poder Público nos cenários curto (1 ano), médio (5 anos) e longo prazo (10 anos).✓ Deve ser detalhado por eixos temáticos prioritários.	<ul style="list-style-type: none">✓ Produção cartográfica✓ Integração de dados;✓ Construção de cenários;✓ Reuniões técnicas;✓ Reuniões comunitárias e com segmentos da sociedade civil.	Relatório técnico consolidando os resultados do processo de proposição dos cenários e definição dos prognósticos; Carta Ordenamento Territorial Estruturação Espacial e Zoneamento Urbano e Ambiental e de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural.



ETAPA	EIXO TEMÁTICO	TEMA	SUBTEMAS	MEIOS METODOLÓGICOS	PRODUTOS ESPERADOS
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO E PLANO DE AÇÃO SUSTENTÁVEL	Meio ambiente e sustentabilidade; Ordenamento do território urbano e rural; Governança pública		Formulação das estratégias, ações, programas e projetos.	<ul style="list-style-type: none">✓ Reuniões técnicas;✓ Integração de dados;✓ Análises;✓ Produção cartográfica,✓ Audiência pública.	Plano de Ação Sustentável
PROJETOS DE LEI	Meio ambiente e sustentabilidade; Ordenamento do território urbano e rural; Governança pública		Elaboração dos textos legais que conterão os princípios, objetivos, as diretrizes, ações, políticas públicas, parâmetros, planos e programas, os quais nortearão o desenvolvimento físico territorial e socioeconômico do Município.	<ul style="list-style-type: none">✓ Elaboração dos documentos pelo ITCO;✓ Reuniões técnicas;✓ Audiência Pública.	Minutas dos Projetos de Lei

Quadro 5: Síntese das etapas, eixos temáticos, temas, subtemas e produtos relacionados.



5. CRONOGRAMA

Conforme disposições contratuais, a elaboração do Plano Diretor do Município de Alto Horizonte, dar-se-á por meio de 09 (nove) etapas, sendo que a primeira, Plano de Trabalho, já foi devidamente vencida. Restando em aberto as 08 (oito) subsequentes, quais sejam:

- I – Plano de Trabalho (etapa atual);
- II – Leitura comunitária;
- III – Leitura Técnica;
- IV – Cenários e Prognósticos;
- V – Projeto de Lei Plano de Ação Sustentável;
- VI – Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Projeto de Lei de Zoneamento e Uso do Solo
- VII – Projeto de Lei do Parcelamento do Solo
- VIII – Audiência Pública
- IX – Publicações e transferência de conhecimento.

O presente Plano de Trabalho sugere alguma modificação em termos dos produtos a serem entregues a partir do conceito proposto. Desta forma a correspondência entre o contrato a proposta atual consta no Quadro 6, a seguir:

Quadro 6: Quadro sintético da correspondência entre etapas previstas no contrato e as propostas do Plano de Trabalho

	ETAPAS do CONTRATO	ETAPAS PROPOSTAS
	I – Plano de Trabalho (etapa atual)	I – Sem alteração proposta
ETAPA INTERMEDIÁRIA	II – Leitura Comunitária	II – Sem alteração proposta
	III – Diagnóstico Técnico	III – Leitura Técnica
	IV – Minuta do projeto de Lei do Plano Diretor	IV – Cenários e prognóstico
		V – Projeto de Lei Plano de Ação Sustentável
	V – Projeto de Lei do Parcelamento do Solo;	VI - Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Projeto Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo
		VII – Lei de Parcelamento do Solo
	VIII – Audiências Públicas	
VI – Publicações e transferência de conhecimento.	IX – Publicações e transferência de conhecimento.	



Ressalta-se que a proposição atual foi consensuada em reunião realizada entre a equipe do ITCO e a Comissão de Fiscalização para a Elaboração do Plano Diretor de Alto Horizonte no dia 30 de setembro de 2020 (anexo deste relatório).

Pretende-se, em comum acordo com o Núcleo Gestor da elaboração do Plano Diretor no Município, cumprir o Cronograma Geral demonstrado no Quadro 7.



ETAPA / EVENTO	Mês 1			Mês 2			Mês 3			Mês 4			Mês 5			Mês 6			Mês 7			PRODUTOS		
VII – Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial																X	X	X	X				Minuta do projeto de lei.	
AUDIÊNCIA PÚBLICA																						X	Ata, lista de presenças e registro fotográfico.	
VII – Projeto de Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo																					X	X	X	Minutas dos projetos de lei.
VIII – Projeto de Lei de Parcelamento																					X	X	X	
X – Publicações e transferência de conhecimento																					X	X	X	Entrega das legislações impressas e curso de capacitação.
CAPACITAÇÃO																						X	X	Material didático, lista de presenças, registro fotográfico.



5.1. Eventos previstos em cada etapa

a) *Leitura e análise do território, cenários e prognóstico*

- Reuniões técnicas, extraordinárias¹ de levantamentos e discussões com o Núcleo Gestor e secretarias envolvidas de acordo com o eixo temático.

b) *Leitura Comunitária*

- Eventos previstos no processo de mobilização social (descrito no tópico 6).

c) *Estratégias e Plano de Ação Sustentável*

- Reuniões Técnicas
- Audiência Pública

d) *Projeto de Lei do PDOT*

- Reuniões Técnicas
- Audiência Pública.

e) *Elaboração e/ou elaboração das Minutas dos Projetos de Lei*

- Reuniões técnicas de discussões com o Núcleo Gestor e secretarias envolvidas de acordo com o eixo temático.

f) *Publicações e transferência de conhecimento*

- Curso de 8h de duração para os técnicos da Prefeitura Municipal.

6. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) prevê a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Considerando as dimensões do trabalho de desenvolvimento de um Plano Diretor, relativamente ao tempo, aos recursos humanos e financeiros envolvidos, vislumbram-se as possibilidades no que se refere à reunião da comunidade e dos setores organizados e das demais formas de participação:

¹ São considerados eventos ordinários aqueles previstos no Contrato e os extraordinários aqueles cuja quantidade e especificações não são definidas contratualmente, mas que são necessários para a realização do trabalho.



- Reuniões técnicas;
- Aplicação de questionários *on-line* e impresso;
- Plataforma Digital;
- Audiências Públicas.

Questão relevante para o processo de mobilização social é o estado de calamidade decretado no país frente a pandemia pelo Coronavírus-10 o que impede a realização de eventos que reúnam uma quantidade significativa de pessoas, o que impede a realização da mobilização social nos moldes comumente referendados. Desta forma a proposta é a potencialização do uso das mídias digitais, redes sociais, eventos on-line no que couber.

No processo de elaboração do Plano Diretor de Alto Horizonte-GO, os eventos serão realizados de forma compartilhada entre o ITCO e a equipe do Município, conforme previsto pelo contrato celebrado entre estas partes. Cabe ao Município a organização e divulgação dos eventos e ao ITCO a promoção do suporte técnico e de conteúdo, inclusive com a elaboração das peças de divulgação¹ e participação de seus técnicos nos eventos.

6.1. Reuniões Técnicas

As REUNIÕES TÉCNICAS se constituem como momentos de encontro entre o ITCO e os representantes do executivo municipal, tanto entre o ITCO e o chefe do executivo e seu secretariado quanto com os representantes indicados por decreto municipal como Grupo Gestor para atuar no processo de elaboração do Plano.

Estas reuniões têm como objetivo de definir métodos de trabalho, cronogramas, discussões técnicas e explanação de ações a serem realizadas no processo de elaboração do Plano Diretor. Ocorrerão durante todo o processo de elaboração do Plano Diretor.

6.2. Aplicação de questionários

Uma das formas encontradas para a efetivação da participação da sociedade é a aplicação de questionários onde a população se manifesta a partir de temas predeterminados.

¹ Impressão dos cartazes, banners e site (conteúdo e manutenção).



Com isto é possível gerar dados que podem ser sistematizados por meio de gráficos, agrupando por bairros ou regiões, possibilitando a integração com a leitura técnica.

Considerando a situação de afastamento social, há a possibilidade de participação nos questionários na forma digital, diretamente na plataforma do Novo Plano Diretor localizado no Portal da Prefeitura Municipal. Onde identificar-se a impossibilidade de acesso de determinados grupos ou localidades ao questionário digital, técnicos da prefeitura levarão o questionário na forma impressa garantindo a participação de toda a população.

6.4. Audiências Públicas

As audiências públicas da elaboração do Plano Diretor têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o resultado dos trabalhos realizados e devem seguir as recomendações do Estatuto da Cidade e Conselho Nacional das Cidades. Deve ser convocada por edital, anunciada pela imprensa local ou utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local, como, por exemplo, a divulgação por panfletos, faixas, cartazes, outdoors, carro de som.

A realização de Audiências Públicas durante o processo de elaboração do Plano Diretor é uma exigência legal, contudo, é importante que a metodologia das audiências não seja meramente de apresentação das propostas por parte de um corpo técnico do Município ou da Consultoria. Deve sobretudo ser um momento de ouvir os presentes e considerar os aspectos abordados no fechamento da etapa em questão.

As Audiências Públicas ocorrerão em plataformas digitais, com divulgação massiva, em horários acessíveis à maioria da população. Serão dirigidas pelo Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo abrirá as discussões aos presentes.

Deverá ainda ser garantida a participação de todos os cidadãos independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, neste sentido sugere-se que sejam organizados locais onde será projetada a audiência pública com estrutura para que, se necessário as pessoas possam manifestar-se.

Ao final de cada uma será lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa, retratando o espírito da lei.

Além de toda a comunidade, é importante que participem também representantes da sociedade civil organizada (sindicatos, associações, institutos, universidades). A participação dos



diversos atores sociais integra as ações de supervisão e acompanhamento da elaboração do trabalho.

Em se tratando de evento oficial, recomenda-se a participação do Prefeito ou de seu representante e devendo ser organizada pelo setor de Cerimonial da Prefeitura, pois inicialmente dar-se-á conhecimento da presença das autoridades e representantes da sociedade e a palavra aos mesmos para, em seguida realizar a apresentação dos conteúdos a serem discutidos.

Após as apresentações técnicas abre-se o momento para as discussões, franqueando a palavra a todos os cidadãos e representantes das instituições da sociedade civil organizada e do Poder Público presentes. Por fim lavra-se a ata.

Estão previstas duas Audiências Públicas, conforme cronograma constante no tópico 5 deste Plano de Trabalho, uma ao final da Etapa V – Estratégias e Plano de Ação Sustentável – e outra ao final da Etapa VI – Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Conforme já evidenciado, as Audiências Públicas são eventos oficiais organizados e coordenados pelo Poder Executivo Municipal. Assim, cabe à consultoria contratada o apoio técnico para a elaboração do conteúdo e participação na apresentação deste, cabendo ao Núcleo Gestor do Município de Alto Horizonte a condução de todas as etapas de discussão.

6.5. Plataforma Digital

Considerando que a *internet* atualmente é uma das principais ferramentas de comunicação e divulgação de conteúdo, de acesso amplo e irrestrito a todos, este recurso será utilizado como meio de democratização das informações produzidas durante o processo de instituição do Plano Diretor de Alto Horizonte e como meio de capturar informações que farão parte da Leitura Comunitária.

A Prefeitura Municipal disponibilizará página na *internet* a qual será alimentada com as informações produzidas ao longo do processo.

6.6. Espaço do Plano Diretor

Para que a comunidade possa entender e interferir nos processos de decisão sobre os mecanismos e instrumentos de gestão e planejamento urbano, sugere-se que a Prefeitura propicie um espaço para o desenvolvimento das atividades relativas ao processo de



desenvolvimento do Plano Diretor. Este deve se constituir em local de fácil acesso e com estrutura de atendimento adequada aos cidadãos.

6.6. Divulgação

Durante todo o processo de desenvolvimento do projeto os trabalhos poderão ser acompanhados e fiscalizados por qualquer cidadão por meio da consulta dos relatórios, pesquisas, gráficos, mapas e outros documentos do Plano Diretor que ficarão disponíveis no site do Plano Diretor de Alto Horizonte (www.altohorizonte.go.gov.br).

Para a divulgação dos eventos e demais informações serão utilizados outros meios, tais como faixas, cartazes, panfletos, carros de som.

A imprensa local deverá ser convidada, pelo Executivo Municipal, a acompanhar e divulgar todo o processo. Neste sentido é importante a atuação do setor de comunicação social da Prefeitura e de ações de assessoria de imprensa.

6.6.1. Material gráfico, impressões e demais ações de divulgação

a) Cartilha

A elaboração e disponibilização de cartilha digital educativa sobre o processo de desenvolvimento do Plano Diretor é importante para que a população tenha acesso a informações acerca dos conceitos e procedimentos adotados no processo. Será utilizada também como material de divulgação na Plataforma Digital. O ITCO elaborará o conteúdo, a programação visual e a formatação. Estará disponível no campo “Importantes” do site <http://www.itco.org.br/plano-diretor/Alto Horizonte/>.

b) Cartazes

Os cartazes destinar-se-ão à divulgação do Plano Diretor de Alto Horizonte e serão utilizados durante todo o processo, pois neste material não serão divulgadas datas, somente o endereço eletrônico para que a população possa obter as demais informações. A elaboração e impressão ficam a cargo do ITCO e a distribuição e fixação dos cartazes ficarão a cargo da prefeitura. Serão impressos 500 exemplares em formato A3, com 1 página (frente), 4X0 cores.



c) Carro de Som

O carro de som complementa as ações realizadas para a divulgação dos eventos da mobilização social realizada pelos demais meios descritos. Constitui-se em uma ação de chamamento direto da comunidade na região de abrangência da realização de cada evento. Sugere-se que seja realizada nos três dias que antecedem os eventos na região de abrangência. A elaboração do conteúdo de divulgação ficará a cargo do ITCO e a veiculação a cargo da Prefeitura Municipal.

d) Banners e digitais

Os banners informativos digitais serão produzidos para divulgação dos eventos em mídias digitais e redes sociais.

e) Questionários impressos e online

Os questionários serão utilizados no processo de leitura comunitária. Seu conteúdo será elaborado pela Equipe Técnica do ITCO com a colaboração e supervisão do Núcleo Gestor do Município e deverão contemplar a coleta de informações relevantes para a leitura comunitária. Além do questionário em meio impresso, será disponibilizado na Plataforma Digital. Sugere-se o formato A4, com 2 páginas (frente e verso), preto e branco, 300 exemplares.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proposições constantes neste Plano de Trabalho foram construídas a partir de reuniões realizadas entre os consultores do ITCO e servidores do Núcleo Gestor do Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Alto Horizonte.

Este Plano de Trabalho compatibilizou os temas propostos, inicialmente, pelo Termo de Referência e, em seguida, no contrato nº 17/2020-ADM, a partir de um conceito e uma metodologia que proporcionará ao Município uma legislação condizente com as necessidades da cidade do século XXI, que emanem de “ideias que levem à reconsideração das tarefas do planejamento urbano, mais adequado às expectativas e ao contexto de um século cuja primeira década já revela transformações importantes, fortemente ancoradas no ambiente urbano” (WILHEIM, 2015) na construção de um planejamento urbano eficaz, eficiente e equânime.

Por outro lado, foi identificado que o termo de referência item 11 página 20 tem divergências em relação ao cronograma de pagamento previstos nos anexos de fiscalização item planilhas de pagamento, sendo assim, propomos a adequação em relação as etapas previstas no plano de trabalho de forma mais proporcional a quantidade de trabalhos e suas relevâncias, conforme previsto neste Plano de Trabalho na página 43 item 5 CRONOGRAMA, neste sentido, propomos o seguinte cronograma de 09 etapas para pagamento, sendo:

ETAPAS do CONTRATO		Valores em R\$
ETAPA INICIAL	I – Plano de Trabalho (etapa atual)	R\$ 41.617,80
ETAPA INTERMEDIÁRIA	II – Leitura Comunitária	R\$ 27.745,20
	III – Leitura Técnica	R\$ 69.363,00
	IV – Cenários e Prognósticos	R\$ 41.617,80
	V – Plano de Ação (Consolidado)	R\$ 20.808,90
ETAPA FINAL	VI – Projeto de Lei Plano Diretor e Projeto de Lei de Zoneamento e Uso do Solo	R\$ 27.745,20
	VII – Projeto de Lei Parcelamento	R\$ 27.745,20
	VIII – Audiência Pública	R\$ 13.872,60
	IX Treinamento e transferência de Conhecimento	R\$ 6.936,30
TODAS AS ETAPAS		R\$ 277.452,00



Ressalta-se que, no decorrer das ações, caso haja a necessidade de ajustes, estes devem ser pactuados entre o ITCO e o Município por meio da Comissão de Fiscalização, nomeada pelo Decreto Municipal 223/2020 de Alto Horizonte – GO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Guia para Implementação do Estatuto da Cidade**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Plano estratégico TCU 2011-2015. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/planejamento-e-gestao/planos-institucionais/plano-estrategico.htm>>.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislação>>. Vários acessos.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: CONFEA, 2004. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Vários acessos.

BRASIL. Plano Diretor: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. 2.ed. Coordenação Geral de Raquel Rolnik e Otilie Macedo Pinheiro. Brasília: Ministério das Cidades, Confea, 2005.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União. Versão 2. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 80 p.



BUSTOS ROMERO, Marta Adriana. **A arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAVARÃO, Cesar B.; COSTA, Marco Aurélio. Governança e políticas nacionais urbanas: capacidade e desenvolvimento institucional. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar B. **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: IPEA, 2018. cap. 3, p. 45-58. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8632> . Acesso em julho de 2020.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Biocidade: conceitos e critérios para um desenho ambiental urbano, em localidades de clima tropical de planalto**. São Paulo: Nobel, 2002.

OLGYAY, Victor. **Arquitetctura y Clima: Manual de diseño bioclimático para arquitectos y urbanistas**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

ROLNIK, Raquel; SUALE JR., Nelson *et al.* **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2. ed. Brasília: CEF/Polis, 2002. 156 p.

SANTOS, Rozely Ferreira. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. Governança pública: uma elaboração conceitual. *Revista do Serviço Público*, v. 70, n. 4, p. 519-550, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3089> . Acesso em julho de 2020.

VASCONCELOS, Eduardo de Alcantara de. **Mobilidade Urbana e cidadania**. Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL, 2012. 216 p.

WILHEIM, Jorge. **Cidades para tempos novos: urbanismo e planejamento no século XXI, de um livro inacabado**. 2015. Disponível em: http://www.jorgewilheim.com.br/app/webroot/files/uploads/ckfinder/files/JorgeWilheim_CidadeParaTemposNovos.pdf . Acesso em julho de 2020.





ANEXO

Atas das Reuniões Técnicas realizadas na Etapa do Plano de Trabalho.